



PLANALTO NO CENTRO DA CORRUPÇÃO

Os depoimentos prestados na semana passada perante a CPI da Corrupção deixam alguns fatos mais claros. O mais importante é que foi o próprio Sarney quem tomou a iniciativa de propor a seus ministros a concessão dos aumentos retroativos que favoreceram as empreiteiras. Outra constatação, cada vez mais evidente: setores empresariais poderosos, como as empreiteiras e os estaleiros, foram os maiores beneficiários das irregularidades. Veja na página 3.

EDITORIAL

Mau caráter

Roubar não tem problema. Mas apurar o roubo pode provocar “um apocalipse”, é “terrorismo moral”. Isto é o que pode se entender da irritação do presidente Sarney com as investigações realizadas pela CPI da corrupção. Se chamar o genro do presidente para depor, o fato deve ser encarado como “uma provocação”. Se tenta ouvir o procurador-geral, Saulo Ramos, o objetivo é “atingir o presidente”. Se constata em Píñheiro a malversação de verbas obtidas irregularmente, é para “denegrir a família” do presidente. Se a CPI e a própria polícia federal apuram os escândalos cometidos na Seplan durante o período que Aníbal Teixeira ocupava esta pasta, “atacam” Sarney. E por aí vai.

No caso do mandato a toada é a mesma. Se defendem quatro anos, é uma “discriminação” do atual presidente. Se querem parlamentarismo é para “sabotar” a gestão de Sarney. E, para completar a cena, um general berra que o Exército pode intervir para “restaurar a ordem”.

Este é o quadro atual do país. Qualquer coisa que se fale, qualquer acusação de corrupção, suborno, fraude, entreguismo, arbítrio, nepotismo, tudo é tomado pelo presidente como afronta à sua pessoa. E, diga-se de passagem, sem nenhuma consideração sobre o próprio José Sarney, a imensa maioria das citadas pragas se encaixam com perfeição no seu governo.

Pode-se dizer sem medo de errar que enquanto durar a presença de Sarney no Planalto, o país viverá em crise política. Ele é hoje a imagem fiel de uma classe dominante incapaz de abordar de modo positivo qualquer um dos problemas principais do país mas, ao mesmo tempo, aferrada ao poder desesperadamente. Como um porco-espinho, agride a qualquer um que se aproxime, entra em choque com tudo e com todos. Não tolera críticas, não cede nada. Transformou em programa básico de governo a sua própria permanência, por cinco

anos — e cada vez são mais fortes as suspeitas de que trabalha por seis — na Presidência.

O presidente e seus acesores — entre eles o “primeiro-ministro” Antônio Carlos Magalhães — já perderam toda a postura. Se a CPI tenta esclarecer as coisas, o Planalto anuncia que tem em mãos um dossiê que compromete os senadores. Apenas aprofunda sua desmoralização pois confessa que não tolera a apuração de roubo algum e se coloca como suspeito. E, se é que tem mesmo alguma informação sobre falhas de quem quer que seja, revela intolerável mau caráter pois, longe de se interessar pela justiça, guarda os dados apenas para usar como vingança.

A pesar de tamanho desgaste, como ameaça de golpe e muita trapaça, e com uma ajudazinha do PT e do PDT, Sarney venceu a primeira batalha na Constituinte impondo o presidencialismo e os cinco anos. Mas, em contrapartida, não consegue aparecer em público. Em qualquer canto do país, só sai às ruas protegido por formidável aparato bélico. Está em guerra com o povo.

Aos brasileiros interessa que a corrupção seja apurada inteiramente. E que farda, jaquetão, parentesco, amizades etc. não sejam pretextos para qualquer complacência. Há muito tempo se ouve dizer que lugar de corrupto é na cadeia. Mas em geral esta frase bombástica serve apenas para tapear os incautos. Porque no fim não se prova nada e saem todos com atestado de honestidade. E com os bolsos cheios.

Diante das ameaças do Planalto, muitos políticos falam que é preciso apurar a corrupção. E, sem quê, nem para quê, dizem logo que não existe nada contra Sarney. É claro que seria incorreto acusar alguém sem dados. Mas hoje, no mínimo, ficou provada a incompetência de quem deixou o governo se afundar num pântano de falcatruas.

Bancários à caminho da greve

Fotos: Aguinaldo Zordenoni



Em S. Paulo, cerca de 1500 bancários participaram da passeata

Cerca de 1.500 pessoas participaram da passeata dos bancários, dia 21 em São Paulo. Em outros Estados também ocorreram manifestações. A categoria, que envolve 750 mil funcionários de bancos em todo o país, está em campanha salarial, reivindicando reposição de 47% relativos à perda verificada desde setembro, quando foi assinado o último acordo coletivo com os patrões.

A categoria poderá entrar em greve nacional, caso os banqueiros neguem-se a atender suas reivindicações. Afinal, o balanço de 64 bancos apontaram, no ano passado, um aumento do lucro, em no mínimo 22,89%. Além disso, o patrimônio líquido desses bancos cresceu 4,56%. Isso ao tempo em que os bancários tiveram seus salários arrojados...

Os 100 anos do hino dos trabalhadores

Sempre presente nas manifestações operárias e nas lutas revolucionárias, a canção “A Internacional” completa um século de existência em sua forma atual. Inicialmente, o poeta Eugène Pottier compôs a letra, em 1871, para ser cantada com a melodia da “Marselhesa”. No 1º de Maio, “A Internacional” será mais uma vez entoada pelos trabalhadores. Página 7.

Comunista morto pelo latifúndio em Xinguara-PA

Mais uma vez a violência dos latifundiários abateu-se sobre os trabalhadores rurais. No último dia 15 foi assassinado em Xinguara, no Pará, Juscelino Rodrigues dos Santos, pai de quatro filhos, casado e filiado ao PC do B. Motivo do crime: o trabalhador reivindicava, na Justiça, o salário devido pelo latifundiário Manezinho de Sá Júnior. Leia na p. 6.

Mulheres exigem seus direitos

No último dia 20 de abril, em várias capitais do país, as mulheres foram à luta em defesa de seus direitos. O ato que se realizou nas escadarias da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, por exemplo, contou com a presença de inúmeras organizações femininas. A deputada Jandira Feghali do PC do B-RJ, ressaltou que “a licença maternidade de 120 dias é função social, sendo o seu reconhecimento e a incorporação desse princípio à vida coletiva, condição para uma sociedade politicamente avançada”.

Também em São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, as entidades feministas e emancipacionistas fizeram protestos, exigindo a manutenção no texto constitucional das conquistas alcançadas. Veja na página 8.



Em São Paulo, entidades feministas entregam manifesto na FIESP

TIGRE / ETIÓPIA

As razões da fome

A Etiópia, uma nação com mais de 1 milhão de km², 42 milhões de habitantes, a nordeste do continente africano, se notabiliza por apresentar uma das economias mais precárias do mundo. A imagem que ficou conhecida internacionalmente, através de inúmeras campanhas de apoio ao povo etíope, é o símbolo da fome e da miséria absoluta. Ao lado de catástrofes naturais, como a seca, inundações, pragas de gafanhotos, um clima desfavorável para a agricultura (que envolve quase 90% da população), outros fatores contribuem decisivamente para que se mantenha um sistema de dominação que impede o desenvolvimento e o progresso do país: sua dependência econômica em relação à URSS, o principal “parceiro” comercial etíope, e um regime militar fascista dirigido por Mengistu Hailê Mariam.

Além de outras questões estruturais, a Etiópia está composta de várias etnias, e por diversos grupos regionais que mantêm operações de guerrilha contra o governo central: a Frente de Libertação da Eritreia (FLE), a Frente Popular de Libertação da Eritreia (FPLE), a Frente de Libertação da Somália Ocidental, a Frente Popular de Libertação do Tigre (FPLT), a Frente Oromo de Libertação (FOL). De todos esses movimentos, um se destaca pela independência e pela consequência política, que é a Frente Popular de Libertação do Tigre. A FPLT considera que os principais inimigos do povo etíope, hoje, são o social imperialismo soviético e o governo antipopular de Mengistu Mariam.

Em recente declaração conjunta do Movimento Socialista Pan-Etíope e da Frente Popular de Libertação do Tigre, ficou consagrado que o principal objetivo da luta de independência e de construção da economia nacional da Etiópia é a “libertação do país de seus inimigos estratégicos, e de todas as forças imperialistas e reacionárias que violam a soberania nacional e se opõem aos legítimos interesses do povo etíope”. No mesmo documento, as duas organizações progressistas reconhecem “o direito das nações e das nacionalidades à autodeterminação, inclusive ao direito de secessão”. Foi consenso também a tese de que nenhum Estado, organização ou pessoa pode se arvorar o poder de decidir o futuro de outras nacionalidades. O texto conclui que a declaração dará contribuição de-



O Tigre, conhecido pela fome, luta contra seus algozes



A FPLT vem educando e armando o povo no espírito revolucionário

cisiva à luta do povo etíope, para a unidade das forças de libertação e para a criação de uma Etiópia democrática e unificada com base na livre decisão de seu povo.

NOVA OFENSIVA

A exemplo do que fez em 1985, as tropas do governo etíope promoveram novas operações militares na região do Tigre, com ataques e rápidas incursões às aldeias e pequenas cidades próximas de concentrações militares, assassinando civis, roubando e destruindo propriedades e impondo à juventude o serviço militar obrigatório. No entanto, têm encontrado resistência de milícias populares que comprovam a capacidade de autodefesa, apoiadas na política da FPLT de armar o povo de toda a região.

As atividades militares da FPLT se desenvolvem com dois grandes objetivos: minar e destruir a capacidade do inimigo de continuar cometendo crimes contra a população civil que mora em vilas e acampamentos próximos de guarnições militares e, ao mesmo tempo, contribuir para fortale-

cer a autodefesa dos cidadãos etíopes. É neste sentido que a FPLT vai consolidando as vitórias da resistência, ajudando o povo a se defender com treinamentos militares massivos e programas de armamento. A FPLT procura contribuir ainda na reconstrução econômica e social das áreas atingidas pela fome e pelas atrocidades cometidas pela junta militar de Adis-Abeba.

Por outro lado, as tropas governistas enfrentam um crescente movimento de rebelião interna, com vários casos de deserção. É rara a semana em que não se registra abandono das fileiras do exército etíope, com soldados levando consigo armas para a FPLT. Segundo os porta-vozes da FPLT, as conquistas da luta de libertação somente poderão ser consolidadas se o povo estiver convencido das razões da opressão que pesa sobre ele. Com o objetivo de desenvolver o espírito de autoconfiança, de independência e democracia, a FPLT vem realizando de forma sistemática seminários em várias localidades do Tigre que já envolveram milhares de pessoas para educá-las na luta.

como os do político”. Seu colega, também ministro, Yusser Shapira, do Partido Nacional Religioso, lamentou “que não o tenhamos eliminado a mais tempo”!

A ação terrorista teve lances cinematográficos. Um avião israelense, com aparelhos sofisticadíssimos, cortou as ligações telefônicas da casa de Abu Jihad, em Túnis, capital da Tunísia. Oito sionistas armados com fuzis e pistolas mataram dois guarda-costas do líder palestino e um vigia tunisino. Invadiram a casa do dirigente da OLP e descarregaram sobre seu corpo 70 balas.

Abu Jihad nasceu em Ramallah, Cisjordânia, em 1935. Em 1948, quando houve a primeira guerra árabe-israelense, foi para Gaza. Em 1954, com 19 anos, foi preso pela primei-

ra vez por autoridades egípcias, devido à sua militância anti-sionista. Em 1963, dirigiu, em Argel, o primeiro escritório da organização Fatah (que integra a OLP) num país árabe.

Quando o Exército sionista invadiu o Líbano, em 1982, e expulsou a OLP de suas bases em Beirute, Abu Jihad transferiu-se para Túnis, a fim de comandar as atividades dos palestinos.

Um comunicado da OLP responsabilizou o serviço secreto de Israel, Mossad, pelo assassinato de seu dirigente. “Todos seremos mártires. Israel ignora que o sangue do mártir é necessário para a luta”, afirmou a entidade palestina. O presidente da OLP, Yasser Arafat, acusou os EUA de darem “luz verde” para a operação terrorista de Israel.



Yasser Arafat com Abu Jinnad numa reunião da OLP

PORTUGAL

A maior greve da história

A greve geral de 28 de março em Portugal, representou um grande êxito dos trabalhadores portugueses e do movimento sindical. Ela se constituiu, sem sombra de dúvida, por uma amplitude, na maior jornada de protesto jamais vista no movimento operário português, paralisando a atividade produtiva em vários setores da economia, nas grandes e nas esmagadoras maiorias das pequenas e médias empresas. Aproximadamente 2 milhões de trabalhadores, como um só homem, cruzaram os braços não somente ao último pacote trabalhista do governo, mas também demonstrando imensas energias e capacidade de luta da classe operária e do nosso povo.

O êxito da greve geral e do protesto contra o pacote trabalhista é ainda mais inquestionável quando se constata que os trabalhadores e o movimento sindical português tiveram que enfrentar violenta campanha intimidatória e repressiva, encabeçada pelo governo de Cavaco Silva, aliado com o patronato.

UNIDADE NA AÇÃO

O sentimento de unidade que aflorou nesta grande batalha contra os patrões e o governo permitiu a concretização da ação unitária das duas centrais sindicais de Portugal, a Central Geral dos Trabalhadores Portugueses e a União Geral dos Trabalhadores, além de vários sindicatos independentes. As razões dessa união estão na tentativa governamental e patronal de destruir conquistas históricas que vêm desde a Revolução dos Cravos, especialmente a estabilidade no emprego. O pacote trabalhista consagra o contrato por prazo determinado, fa-

cilidades para a demissão de trabalhadores, entre outras medidas anti-operárias.

Com a greve, ficou nítido o isolamento cada vez maior do governo, a ponto de nenhuma força política ou sindical se mostrar favorável à aplicação do pacote trabalhista. Esse repúdio massivo dos trabalhadores portugueses, que ultrapassa em muito os números expressivos da greve, mostra não somente que eles sentem os perigos contidos no pacote, mas também a importância de começarem a interferir na elaboração das leis que são enviadas ao Parlamento.

Começaram a surgir condições para um salto de consciência política dos trabalha-

dores em Portugal, onde o Partido Comunista (Reconstruído) teve um papel destacado. Não é por acaso que se levantou uma grande controvérsia em torno da questão da greve geral ser política ou “exclusivamente trabalhista”. A ação denegógica do governo tentou impedir que os trabalhadores vislumbrassem claramente a interligação entre os partidos, o Estado e as leis, para impedir que os trabalhadores percebam seus próprios interesses e as necessidade de uma política e de um partido que a ajude materializar. (Extraído do jornal **Bandeira Vermelha**, órgão do Partido Comunista (Reconstruído), de Portugal).



A greve proporcionou a união das forças sindicais em Portugal

GOLFO PÉRSICO

Terrorismo norte-americano

Ao tempo em que se prepara para uma nova “conversação de paz” com seu colega soviético, Mikhail Gorbachev, o presidente dos EUA ordenou, na semana passada, mais um ataque ao Irã. Duas plataformas petrolíferas iranianas no Golfo Pérsico foram destruídas pelas Forças Armadas ianques.

Trata-se do mais sério confronto entre os dois países desde julho do ano passado, quando o governo norte-americano decidiu ceder escolta naval, sob a bandeira dos EUA, à frota de petroleiros do Kuwait.

Segundo a Casa Branca, o ataque foi uma “resposta equilibrada” à mina que danificou, dias antes, a fragata “Samuel Roberts”, ferindo dez marinheiros estadunidenses. Fragatas e destróieres dos EUA bombardearam a plataforma de Sassam, enquanto a plataforma de Sirri foi tomada por um comando de fuzileiros navais que instalaram explosivos. Sete horas depois do ataque houve combates envolvendo a fragata iraniana “Sahand” e aviões norte-americanos.

Sintomaticamente, os três candidatos do Partido Democrata à Presidência dos EUA — Dukakis, Jesse Jackson e Albert Gore — apoiaram a ação guerreira, demonstrando que, em se tratando dos interesses imperialistas, não há diferenças de fundo entre os políticos “democratas” e republicanos.

O governo do Irã afirmou que 15 marinheiros morreram e 30 ficaram feridos no navio “Joshon”, afundado segunda-feira por uma fragata ianque. Segundo a Marinha iraniana, vários outros marinheiros morreram ou foram feridos a bordo das fragatas “Sahand” e “Sabalan”, destruídas por mísseis lançados de aviões norte-americanos.

O Irã respondeu ao ataque desenvolvendo ações militares contra um petroleiro dos Emirados Árabes Unidos — aliados dos EUA — e um navio do sultanato de Omã. Foi derrubado também um helicóptero norte-americano, com dois homens.

A ação belicista norte-americana só faz tornar ainda mais tensa a situação no Golfo Pérsico. Reagan anunciou que o Irã vai “pagar caro” por suas ações militares, prenúncio de novas mortandades na área.

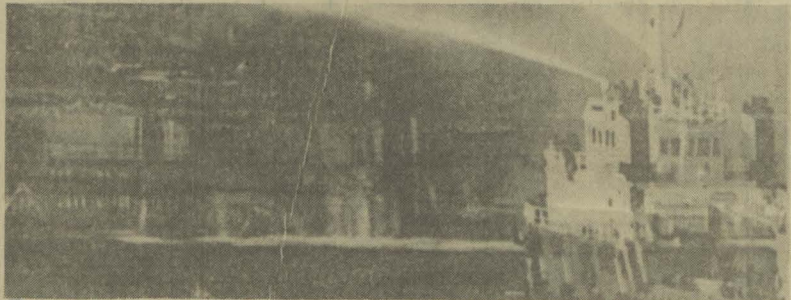
AMEAÇA NO PANAMÁ

Revelando sem rodeios sua fé imperialista, o embaixador dos EUA na Organização das Nações Unidas, o velho conhecido dos brasileiros por sua atividade de articulação do golpe militar de 1964, general Vernon Walters, declarou na semana passada na Argentina que “seria uma estupidez afastar, neste momento, a possibilidade de uma invasão do Panamá”.

E acrescentou, com sentido “histórico”: “Durante a guerra do Vietnã, nós dissemos aos norte-vietnamitas que jamais invadiríamos seu território. Uma estupidez desse tipo só se comete uma vez”.

Walters tratou também do Canal do Panamá: “Não existe obrigação dos Estados Unidos devolverem o Canal. Pelo tratado assinado com o Panamá, nós temos direitos perpétuos. Nós renunciamos a estes direitos para devolver o controle do canal ao governo do Panamá”.

Nos EUA, um porta-voz do Departamento do Estado afirmou: “Não há nenhuma mudança em nossa posição de forçar a queda de Noriega, mas existem algumas diferenças sobre a nova estratégia a ser deflagrada”. E acrescentou que “a saída militar” só seria utilizada em último caso, como, por exemplo, se a navegação através do canal vier a ser ameaçada”. Ele afirmou, ainda, que os EUA estudam a possibilidade de criar uma força militar multinacional, comandada pela Casa Branca, para invadir o Panamá.



Barcos iranianos tentam apagar o incêndio na plataforma Sirri

Tribuna Operária

Semanário Nacional
Faça já sua assinatura e ajude a Imprensa Operária que luta pela libertação e pelo Socialismo

- ☐ Anual (52 edições) Cz\$ 3.000,00
- ☐ Anual Popular (52 edições) Cz\$ 1.500,00
- ☐ Semestral (26 edições) Cz\$ 1.500,00
- ☐ Semestral popular (26 edições) Cz\$ 750,00
- ☐ Anual para o Exterior US\$ 70

Nome:

Endereço

Bairro

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda, Rua Adonir Barboza, 53 Bela Vista SP CEP: 01318

Edição de Maio de 1988

CPI DA CORRUPÇÃO

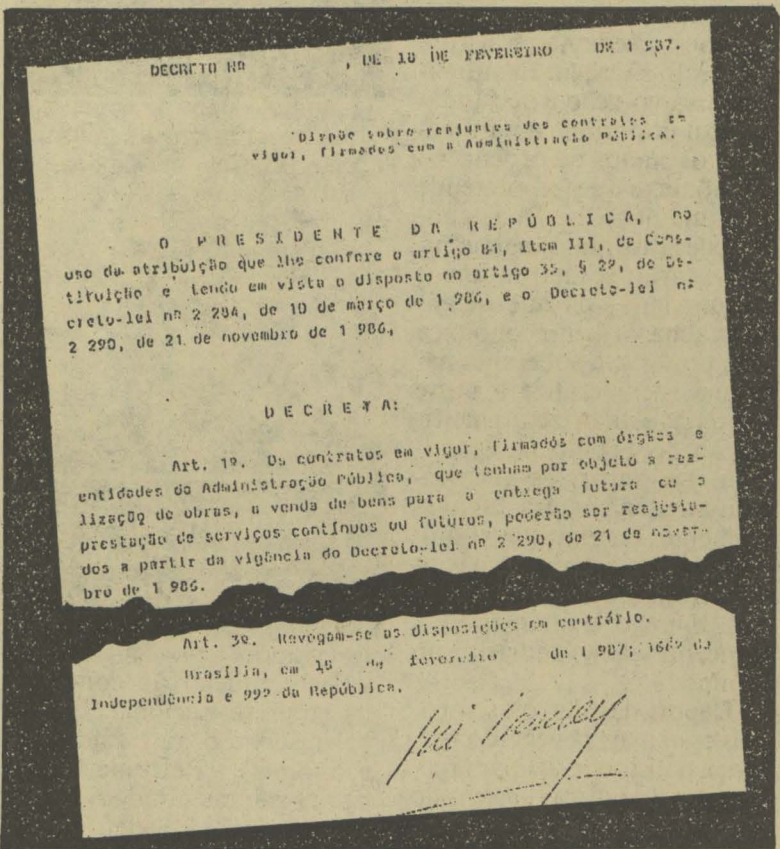
A investigação “bate” em Sarney

Se a CPI da Corrupção levar adiante o esforço que desenvolve para identificar a origem das irregularidades administrativas que se multiplicam no governo federal, munição boa e abundante é o que não vai faltar. Na semana passada, uma série de depoimentos importantes prestados sob juramento aos senadores mostrou que atos lesivos às finanças públicas se multiplicaram na máquina do governo, que boa parte destes atos contempla com privilégios bilionários setores importantes do grande empresariado; e, mais grave ainda, que o presidente Sarney tomou pessoalmente a iniciativa de propor a seus ministros decisões consideradas inconstitucionais e ilegais.

O primeiro destes depoimentos foi prestado, no último dia 14, pelo ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Além de dizer que há corruptos “mais perto do poder do que seria razoável”, ele revelou, com a autoridade de quem já participou da equipe central de governo, alguns dos mecanismos através dos quais se obtém vantagens generosas às custas dos cofres públicos. Disse, por exemplo, que o Decreto 94.233, que o início de 87 reajustou os preços das obras públicas com retroatividade até novembro de 86, foi redigido “por pressão dos empresários”.

E foi além. Acabou mostrando como alguns atos administrativos que passam despercebidos do grande público podem acarretar maciças transferências de recursos da União para o grande capital. Um simples decreto, editado também em 87 e sem qualquer consulta ao Poder Legislativo, foi capaz de aumentar em Cz\$ 154 bilhões os subsídios concedidos aos estaleiros pelo Fundo da Marinha Mercante.

PARTICIPAÇÃO DE SARNEY
Ainda mais demolidor que as declarações de Bresser, porém, foi o depoimento prestado no dia 18 pelo também ex-ministro Dilson Funaro. Não tanto pelas declarações, nas quais Funaro esforçou-se em demonstrar que assinara os



decretos concedendo retroatividade às empreiteiras após a publicação dos mesmos no Diário Oficial, e sob promessa solene de Sarney de que estes atos seriam posteriormente anulados. Mas principalmente por um documento apresentado aos senadores pelo ex-ministro para ilustrar suas afirmações.

Este documento é nada menos que a minuta do decreto que autoriza a retroatividade. Com duas particularidades fundamentais. A data que encabeça o texto é anterior à publicação dos decretos. E a assinatura que se vê na parte inferior do mesmo pertence a ninguém menos, que o próprio presidente José Sarney.

Ora, o que justificou a convocação tanto de Funaro como de várias outras autoridades para deporem perante a CPI foi precisamente a suspeita de que fossem eles os idealizadores dos decretos, sabidamente inconstitucionais e ilegais, que favoreceram os empresários. Se surge um documento que é incontestavelmente da responsabilidade de Sarney e que demonstra que ele tomou a iniciativa de sugerir a seus auxiliares o decreto, o mínimo que se pode dizer é que os se-

nadores têm todo o direito de ouvir o próprio chefe de governo.

PARECER ENGAVETADO

Os depoimentos comprometedores não ficaram por aí, porém. No dia 19, foi a vez do procurador-geral da Fazenda, Cid Heráclito, depor. Ele declarou que um parecer de sua autoria condenando a retroatividade concedida às empreiteiras ficou engavetado no gabinete de trabalho do consultor-geral da República, Saulo Ramos, durante quatro meses. E que ao fim deste período o decreto foi devolvido ao Ministério da Fazenda sem conter qualquer apreciação.

Saulo, um dos homens mais intimamente ligados a Sarney, não se atreveu a contraditar o depoimento de Cid Heráclito. Limitou-se a repetir a esfarrapada desculpa de que não se ocupou do parecer por “acúmulo de serviço” no final de 87.

Examinados estes fatos, resta acompanhar atentamente, agora, que destino será dado a tantas provas, e tão comprometedoras. No fim da semana passada, por exemplo o governo aumentou visivelmente a



Foi o próprio presidente quem propôs a concessão de retroatividade às empreiteiras. À esquerda, a minuta do decreto, enviada a Funaro. À direita, o ministro presta juramento antes de depor.

intensidade dos ataques que dirige à CPI.

Também é interessante observar o comportamento da grande imprensa. Ela tem aberto manchetes para as atividades da CPI, numa tentativa evidente de ganhar prestígio e de aparentar que está distante de Sarney. Mas nas matérias específicas sobre o tema e especialmente nos editoriais, esforça-se por contemporizar

com o governo e por tentar impedir que as investigações se aprofundem, principalmente quando as irregularidades envolvem o grande capital. A denúncia de Bresser a respeito dos armadores não recebeu mais que meia dúzia de linhas em que quase todos os jornais. E o “Estado de S. Paulo”, que costuma se apresentar como campeão da probidade administrativa, publicou no dia 20

editorial intitulado “A ingenuidade dos acusadores”. Nele critica os depoimentos de Bresser e de Funaro; apela para a consciência dos que forem chamados pela CPI futuramente; e considera “dramático” que as revelações que se fazem no senado tenham o poder de abalar a imagem que setores da população ainda cultivam em relação aos empresários. (Antonio Martins)

PC DO B

7º Congresso na fase final

Ao aproximar-se o dia da instalação do 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil — que se reunirá de 11 a 15 de maio em São Paulo — vão sendo concluídas as conferências regionais em vários Estados do país. No Rio de Janeiro, a presidente regional do PC do B, Maria Dolores Bahia, definiu o clima em que se desenvolveram os trabalhos da conferência como o da “afirmação da organização comunista revolucionária e de massas”, refletindo a grande preocupação pela organização dos novos filiados no sentido de inserir o PC do B nos movimentos populares e no seio da classe operária.

Esta constatação foi respaldada pela grande presença, nos dias 15, 16 e 17 de abril de delegados com até mesmo três meses de filiação, mostrando na conferência a disposição com que estão ingressando nas fileiras partidárias. Significativa foi a declaração de Paulo César, de Itaguaí: “O PC do B é o único partido que pode representar a classe operária. Estou entrando no partido com 34 anos de idade, mas com a mesma responsabilidade dos militantes antigos, a mesma dos guerrilheiros do Araguaia”.

MAURÍCIO GRABOIS

A conferência do PC do B no Rio de Janeiro foi aberta com a proposta, aprovada por unanimidade de que ela se denominasse Conferência Maurício Grabois, em homenagem a este destacado dirigente comunista, cuja militância se pautou pela preocupação em manter a unidade, o crescimento da organização e a formação dos militantes do partido, tendo atuado desde o parlamento até as selvas do Araguaia, onde foi morto.

Com uma mesa muito representativa da intelectualidade progressista do Estado e também com a presença de velhos militantes comunistas, como Consuelo Callado e Valdir Keller (o mais antigo dos militantes fluminenses, filiado em 1927), a conferência passou em revista a atividade do partido e se posicionou diante dos documentos apresentados pela direção nacional para o debate. Estiveram presentes representantes delegados de 40 diretórios municipais e distritais, sendo 30% mulheres e em relação à composição de classe, mais de 35% eram operários.

ENTUSIASMO NO PARANÁ

Um dos primeiros oradores foi um camponês, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias, que ressaltou a importância da aliança operária-camponesa para acabar com a exploração na cidade e conquistar a terra para o camponês”, dizendo ainda ter muita esperança no

Congresso e nos seus participantes, “que dirigirão o futuro do país”.

Buscando a superação das dificuldades para implantar-se no Estado, o PC do B no Paraná realizou sua conferência na Câmara Municipal de Curitiba. Num clima de entusiasmo pela participação massiva de delegados e observadores, o partido apoiou os documentos apresentados pela direção nacional e definiu sua política de atuação ao nível estadual. Na ocasião, realizou-se uma profunda autocrítica da atuação do partido no Estado.

Romper com o economismo, a estreiteza política e o sectarismo, corrigir os métodos e o estilo de trabalho e eleger a campanha eleitoral como centro de sua ação, foram as principais decisões da conferência, presidida pelo dirigente Zenir Teixeira.

A conferência regional de Alagoas também reuniu um grande número de delegados, com 110 representantes de 15 municípios envolvendo cerca de 1 mil militantes. Nos trabalhos da conferência, no auditório da reitoria da Universidade Federal de Alagoas, foi aprovado o balanço da atividade do PC do B em Alagoas desde a última conferência realizada em 1985, considerando que o partido atuou sempre na linha de frente do movimento popular, desenvolvendo uma correta política de alianças, mantendo sua coerência tornando-se hoje uma

força política de primeira linha no Estado.

No campo organizativo, o partido cresceu em Alagoas, estando sempre presente com comissões provisórias em 31 municípios alagoanos. Até as eleições municipais de novembro, segundo o presidente regional Ênio Lins, o PC do B contará com comissões ou núcleos em pelo menos 50% dos municípios do Estado.

Em Brasília, o PC do B avançou na organização em 7 distritos zonais. Em Taguatinga, Ceilândia, Gama, Planaltina, Núcleo Bandeirante e no Plano Piloto, os filiados discutiram as teses da direção nacional fazendo um conjunto de sugestões e adendos ao documento, tais como a inclusão no balanço da atividade partidária de uma análise sobre a posição em relação ao Plano Cruzado. Aproveitou inclusive uma proposta de incluir no próprio programa do partido a consigna de continuar a luta pelo parlamentarismo, e várias outras indicações sobre o trabalho entre as mulheres, no movimento estudantil e na agitação e propaganda.

A conferência de São Paulo será realizada somente no dia 30 de abril. Neste sábado o distrital de Vila Mariana, um bairro da Zona Sul da Capital, vai inaugurar uma das salas do diretório com o nome do comunista José Augusto Mochel, falecido prematuramente num acidente no mês passado e que era membro efetivo do distrital. (das sucursais)

PREFEITURAS

Eleições entram em pauta

Nesta semana deve ser votado o projeto que regula as eleições municipais deste ano. No dia 20 os líderes dos partidos no Congresso chegaram a alguns pontos comuns, que podem viabilizar a aprovação do projeto. Mas algumas questões — principalmente no que diz respeito à propaganda eleitoral — ainda ficaram pendentes.

Os pontos acordados na semana passada determinam a manutenção do prazo de 12

meses de domicílio eleitoral para candidatos a prefeito e vereador, a redução de 12 para quatro meses no prazo de filiação partidária, a posse dos eleitos no dia 1º de janeiro de 1989. Não foi definida a duração do mandato.

O projeto prevê eleições em dois turnos nos municípios com mais de 200 mil eleitores — 15 de novembro e 15 de dezembro, respectivamente. Serão permitidas coligações partidárias. As convenções para

escolher candidatos se realizarão a partir de 15 de julho, 24 horas depois de encerradas as filiações de candidatos a partidos políticos.

Cada partido poderá apresentar um número de candidaturas correspondente ao triplo do número de vereadores do município — se a cidade tem dez vereadores, cada partido poderá lançar até 30 candidatos. Se não houver obstrução, o projeto será votado nesta semana pela Câmara, em regime de urgência.

ARAGUAIA

Homenagem à guerrilha

Estava previsto para este sábado, dia 23, a inauguração em Vitória, no Espírito Santo, da praça que leva o nome do guerrilheiro do Araguaia Arildo Valadão, assassinado pelo Exército em novembro de 1973. A dirigente nacional do PC do B, Elza Monerat, que também esteve no Araguaia, tinha confirmado sua presença no ato.

A praça é uma das mais belas da Capital do Estado. Fica diante do Centro Cultural Carmélia Maria de Souza, próximo da rodoviária de Vitória. O prefeito da cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Roberto Valadão (irmão de Arildo), também havia confirmado sua participação, junto com outros membros de sua família.

Arildo Valadão foi assassinado e decapitado pelos militares juntamente com sua mulher, Aurea Elisa Valadão. Ele pertencia ao Partido Comunista do Brasil desde quando presidia o Centro Acadêmico de Física da Universidade Fe-

deral do Rio de Janeiro. Em 1969, perseguido pelo regime militar, Valadão refugiou-se no Araguaia, ao lado de outros comunistas.

O nome da praça decorreu de um projeto apresentado à Assembléia Legislativa do Espírito Santo pelo deputado estadual João Martins, do PC do B. Era um antigo desejo dos comunistas capixabas prestar esta homenagem a um dos heróis do Estado. O projeto de João Martins teve de ser homologado pelo governador Max Mauro, pois foi aprovado por unanimidade na Assembléia Legislativa. Entretanto, o governo estadual recusou-se a fornecer a placa de bronze para a inauguração. O secretário de Obras do governo alegou que tinha dotação para fornecer a placa, que, porém, acabou tendo de ser comprada pelos comunistas, com a ajuda da família de Arildo Valadão.

RIO GRANDE DO NORTE

No dia 12 de abril os comunistas do Rio Grande do Norte

homenagearam a guerrilha do Araguaia e seus mortos com uma palestra de Glênio Fernandes de Sá, sobrevivente da guerrilha e atual dirigente político do PC do B no Estado.

Glênio falou sobre “as lições do Araguaia hoje”, destacando os ensinamentos da guerrilha no que diz respeito às ligações dos comunistas com as massas camponesas, na abordagem das reivindicações mais sentidas do povo e no aprendizado com as massas no próprio curso da luta. Lembrou, ainda, a participação da juventude e das mulheres na guerrilha, frisando que a média de idade dos combatentes era de 24 anos e um terço dos efetivos constituía-se de mulheres.

Lembrou o aprofundamento da crise brasileira, o acirramento da luta de classes e a necessidade da resolução para tirar o país da crise aguda em que está mergulhado. (das cursais)



Com a presença significativa de delegados operários e de mulheres realizou-se a conferência regional do PC do B no Rio de Janeiro.

“PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS”

Com que sonha o PT?

Será que a chamada participação dos trabalhadores nos lucros das empresas representa a quinta-essência do progresso social e elimina, talvez definitivamente, a contradição entre capital e trabalho? Há quem ache que sim. E o ex-deputado do PT Eduardo Matarazzo Suplicy com certeza, é um desses. Isto fica evidente no artigo intitulado “Um facho de luz”, que escreveu para o jornal “O Estado de São Paulo” do último dia 20.

Suplicy aborda a experiência implementada pela indústria Semco, de Diadema (SP), relativa à participação dos trabalhadores nos lucros. O proprietário da empresa, Ricardo Frank Semler (que emprega 700 pessoas), também escreveu um livro a respeito (“Virando a própria mesa”). O petista ficou encantado, sentimento que, segundo se depreende de seu artigo, contaminou igualmente os presidentes dos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo, Vicente de Paulo, e São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, entre outros.

UM PARAÍSO?

Em resumo, a Semco instituiu um sistema pelo qual os empregados têm direito a receber, semestralmente, “15% do lucro líquido, antes do Imposto de Renda, condicionado ao fato de que haja lucro no global da empresa”, conforme as informações do ex-deputado petista.

Rebatendo as objeções a esta prática, que inclui um certo acompanhamento da administração pelos empregados (uma co-gestão), Suplicy, com o mesmo raciocínio do dono da Semco, assegura que, “embora válidas na teoria, as objeções são muito menos apavorantes. O efeito positivo de se ter os empregados remando na mesma direção dos objetivos da empresa tem sido muito maior do que o eventual mau uso dos números pelo concorrente ou quem quer que seja.”

Ao concluir o artigo do “Estado”, ele acentua: “Creio ser um facho de luz em meio à situação de desesperança em que se encontra o Brasil”. A impressão que se tem é que a classe operária finalmente encontrou o caminho para o paraíso. Quando se leva em conta de que se trata de um pensamento nitidamente social-democrata, não há razão para surpresa. Esse tipo de coisa constitui o máximo que se pode esperar da social-democracia atual. No entanto, está muito longe de satisfazer as reivindicações maiores do proletariado.

PARTE NOS LUCROS?

Preliminarmente cabe registrar que o plenário da Constituinte já aprovou um dispositivo que prevê a “participação dos trabalhadores nos lucros, desvinculada da remuneração, e na gestão da empresa, conforme definido em lei ou em negociação coletiva”. E, ainda, que isto significa uma conquista dos assalariados. Mas é preciso medir bem o seu alcance.

A bem da verdade, a formulação “participação dos trabalhadores nos lucros”, já carrega um vício de origem, pois denuncia uma noção burguesa sobre lucros. Se queremos ser rigorosos com os conceitos, é forçoso concluir que não é possível a “participação dos trabalhadores nos lucros”.

Com efeito, considerado em seu aspecto global, o lucro se compõe precisamente do valor excedente que o operário incorpora, com seu trabalho, ao produto, o excedente sobre o salário. Assim, descontando o que o trabalhador recebe do capitalista, tudo mais é lucro (não importa, no caso, em como o lucro se subdivide, posteriormente, em juros, impostos e/ ou aluguéis).

Em princípio, portanto, é impossível a chamada “participação dos trabalhadores nos lucros”, já que estes, por definição, constituem-se da parte do produto que excede os salários (ou os ganhos, a remuneração total da força de trabalho).

LUTA DE CLASSES

Suplicy evidentemente não pensa assim, mas é apenas porque sua noção sobre a origem do lucro coincide com a visão capitalista, que não enxerga o excedente como fruto da exploração do trabalho alheio, como resultado do processo de reprodução de capital; mas, ao contrário, como um prêmio por sua esperteza, originado no processo de circulação.

Observemos o que ele diz sobre a iniciativa da Semco: “A participação nos lucros não substitui nem complementa os salários, os quais são definidos, levando em conta o que os trabalhadores consideram como justo, de acordo com a sua experiência e as condições de mercado”. Ora, queira ou não o senhor Suplicy, o que ele chama de “participação nos lucros” nada mais é do que salários ou complemento de salários.

Em outras palavras, dinheiro que será recebido pelos tra-

balhadores, ainda que formalmente “desvinculado dos salários”. Em essência, dê-se-lhe o nome que quiser, o conteúdo é um só: uma parcela determinada do produto deixa de ser lucro para transformar-se em ganho do assalariado. Considerar isto como participação nos lucros só serve para obscurer a consciência dos operários sobre as relações de produção capitalista.

Colocados os pingos nos i a decantada iniciativa da Semco, de caráter eminentemente paternalista, revela-se como aumento dos salários (ou dos ganhos) de seus empregados, com uma relativa redução dos lucros, mas sem tocar na relação de exploração dos empregados pela empresa e pelo nobre capitalista Ricardo Frank Semler. A sua generosidade, aliás, tem limites. Alcança, como informa o ex-deputado petista, “15% dos lucros.” Os restantes 85% (verdadeira parte do leão, arrancada, não custa lembrar, dos operários) fica com o próprio.

Não cabem dúvidas de que a chamada “participação dos trabalhadores nos lucros” (conceito equivocado, que se for tomado ao pé da letra, não passa de um embuste) configura uma conquista, mas tão somente no sentido de que ela permita arrancar algumas migalhas a mais do capital, faz crescer a participação dos salários no produto (não nos lucros).

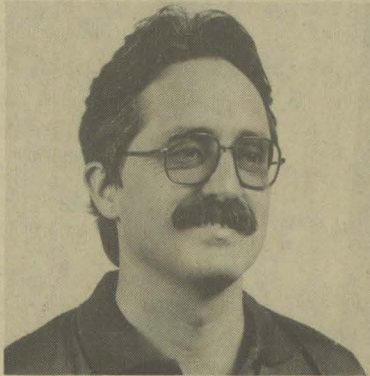
Tal resultado (aumento salarial) resume, em boa medida, os objetivos econômicos da luta de classes dos trabalhadores no capitalismo. Mas não pode ser confundido (senão pelos oportunistas e reformistas que atuam no movimento operário) com a finalidade última desta luta. O proletariado “remando na mesma direção dos objetivos” da empresa capitalista com que sonha Suplicy, o paraíso da colaboração de classes entre capital e trabalho, é ilusão burguesa.

O interesse maior do operariado não consiste em reduzir em 15% ou mais a exploração de que é vítima. O movimento da classe dirige-se para a destruição do próprio sistema de exploração, isto é, visa liquidar com o capitalismo e, em seu lugar, erguer um novo regime social, o socialismo, onde todo o produto do trabalho reverte em benefício dos trabalhadores. Esta contradição antagônica entre explorados e exploradores não é eliminada por gestos de boa vontade de um ou outro capitalista individual.

(Umberto Martins)

Sobre a Ordem Econômica

OPINIÃO PARLAMENTAR



Aldo Arantes, constituinte do PC do B, Goiás

A Assembléia Nacional Constituinte começa a votar, nesta semana, o Título referente à Ordem Econômica. Essa votação é de fundamental importância para definir os rumos da ordenação econômica que se pretende instituir no país. Duas concepções distintas e antagônicas estarão se defrontando: de um lado, os que defendem uma ordem econômica que preserve a soberania nacional, democratize a posse da terra e valorize a participação do Estado na economia. De outro, os que sustentam uma postura deslavadamente entreguista, liquidando com a empresa nacional, tratando o Estado como um inimigo e mantendo a concentração fundiária no campo.

Depois das derrotas sofridas com a aprovação do presidencialismo e a manutenção das estruturas básicas do militarismo, como o papel das Forças Armadas e o Estado de Defesa, todos dois de caráter antidemocrático e centralizador do Estado no país, a votação da Ordem Econômica poderá representar um retrocesso ainda maior na futura Carta Magna, caso prevaleçam as concepções entreguistas, privatizantes e pró-latifundiárias. Se isso acontecer, a estrutura básica da futura Constituição estará irremediavelmente comprometida, com a aprovação de uma estrutura política conservadora e uma ordem econômica antinacional.

Três questões se destacam neste Título que começa a

ser votado pela Constituinte: a definição do conceito de empresa nacional, o papel reservado ao Estado na economia e a Reforma Agrária. O tratamento dado a essas questões é que definirá se a futura Carta será ou não privatizante, entreguista, desnacionalizante e pró-latifundiária.

A bancada do PC do B considera que a votação desse Título é de fundamental importância e pretende defender, em plenário, através de seus destaques, um texto que efetivamente proteja e garanta a soberania nacional, abra espaço para a presença do Estado na economia e tome medidas concretas no sentido de democratizar a posse da terra no Brasil, abrindo o caminho para uma efetiva reforma agrária antilatifundiária.

No caso da definição do

conceito de empresa nacional, o PC do B pretende a aprovação de um texto que deixe claro que empresa nacional é aquela constituída exclusivamente por brasileiros, com sede no país e que distinga completamente a empresa brasileira da estrangeira, inclusive quanto à reserva de mercado. Em relação à Reforma Agrária os comunistas entendem ser de fundamental importância a manutenção do conceito de função social da propriedade, definindo que as que não cumprem essa função sejam passíveis de desapropriação. Além disso, consideram de fundamental importância a definição dos limites máximos e mínimos para as propriedades fundiárias, deixando claro que as que se enquadram no limite mínimo não são passíveis de desapropriação. Uma outra questão fundamental diz respeito à exploração mineral. No entendimento dos comunistas, a exploração mineral só pode ser feita por empresas brasileiras e nas terras indígenas e faixas de fronteiras, apenas por empresas estatais. Finalmente, os comunistas defendem uma formulação que contemple a participação efetiva do Estado na economia e não o trate como um inimigo, como pretende o “Centrão” e a direita.

A aprovação dessas medidas é de fundamental importância para defender a soberania nacional, democratizar a propriedade da terra e estabelecer uma ordem econômica justa e progressista.

CORTE DOS GASTOS PÚBLICOS

Miséria para as estatais

O FMI exigiu. Os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu apressaram-se em defender. E o governo Sarney prepara-se para adotar, nos próximos dias, um novo conjunto de medidas financeiras, que implicará em cortes ainda maiores no setor estatal e em risco de recessão profunda, por um lado; mas que enriquecerá os bancos e provocará uma valorização fantástica dos capitais aplicados pelos grandes empresários no mercado financeiro, por outro.

A mais importante das medidas é o corte de 650 bilhões de cruzados nas despesas previstas pelo Orçamento Geral da União para 88. Impressionado com o rombo cada vez maior que o pagamento da dívida interna causa aos cofres públicos, o ministro João Batista de Abreu continua vendo o corte de despesas como a única saída. No dia 19, veio a público dizer que o congelamento dos salários do funcionalismo por dois meses é insuficiente. E que cada ministério deverá, a partir da próxima semana, rebaixar fortemente seus gastos com “outros custeios e capital”, o que inclui desde a compra de material de consumo até a construção de novas obras.

Isso significa que, além do desgaste natural representado pela imposição de arrocho salarial aos funcionários, o setor público deixará de contar com as condições materiais mínimas necessárias a seu funcionamento. Na última vez que decisões semelhantes foram adotadas, entre 83 e 84, algumas universidades federais, por exemplo, enfrentaram mazelas que iam desde o fechamento de hospitais-escola, la-



O corte com “custeios e capital”, que Abreu preconiza...

boratório, bibliotecas e até os observatórios astronômicos, por falta de material de consumo, até desabamentos em construções antigas, por carência absoluta de conservação.

RECESSÃO

Pior ainda é que os problemas não costumam se restringir às empresas e órgãos do Estado. O corte de gastos acaba sempre levando ao cancelamento maciço de encomendas feitas junto ao setor privado, espalhando recessão e desemprego por toda a economia.

Exatamente no mesmo dia em que seu colega do Planeja-

mento anunciava a redução de investimentos, porém, o ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, procurava viabilizar uma outra decisão que é fundamental para o sucesso dos planos atuais do governo para a economia; mas que acabará agravando ainda mais o desastre das finanças públicas.

Mailson discutia com técnicos do Banco Central a substituição das Letras do Banco Central (LBCs) pelas Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs), que passarão a ser o principal título da dívida interna. As OTNs rendem para os aplicadores no mercado financeiro um juro anual 8% superior ao das LBCs. O governo inundará o mercado com elas porque pretende justamente encarecer o custo do dinheiro, reduzir o consumo interno e facilitar as exportações. Mas cálculos dos técnicos do Tesouro garantem: a simples substituição dos papéis custará aos cofres públicos pelo menos 500 bilhões de cruzados ao ano. Em outras palavras, irá para o bolso dos especuladores, numa soma que representa 75% da economia que o governo quer fazer sufocando os investimentos e condenando o setor estatal às amarguras da profunda miséria.



Suplicy, Medeiros e Vicentinho: juntos no elogio à colaboração de classes e à filantropia capitalista



INFLAÇÃO

FMI prevê febre em alta

Os chamados “países em desenvolvimento” como o Brasil, a Argentina, o México e outros terão de enfrentar nestes e no próximo ano um grande aumento da inflação. Quem fez a previsão é ninguém menos que o Fundo Monetário Internacional, o famigerado FMI.

O interessante, no caso, é que trata-se precisamente do órgão que dita normas aos países “em desenvolvimento”, sempre sob o pretexto de combate ao déficit público e à

alta dos preços, embora, na realidade, as medidas que preconiza visam a ajustes no balanço de pagamentos de forma a viabilizar o pagamento dos juros da dívida externa. Em outras palavras, ele cumpre única e exclusivamente, o papel de fiscal dos agiotas estrangeiros.

O FMI também prevê uma evolução “modesta” da economia mundial, com um crescimento geral em torno de 3%. Índice que pode ser considerado medíocre e que denota

as dificuldades que o sistema vem atravessando para se reproduzir a nível internacional. Os Estados Unidos, segundo a previsão do órgão, deverão crescer apenas 2,9% neste ano e 2,7% em 1989. O Japão, apesar de ter seu ritmo de desenvolvimento reduzido, deverá ter um desempenho melhor que o imperialismo ianque, de 4,1% neste ano e 3,8% em 1989. É o desenvolvimento desigual dos países capitalistas que acentua ainda mais o declínio do império norte-americano.



... levaram as Universidades federais ao caos, em 83 e 84

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Construção do militante

A fidelidade aos princípios é uma qualidade essencial ao revolucionário. Mas o apego cego aos princípios, sem cuidar dos procedimentos concretos para transformá-los em atividade, equivale, na prática, a negá-los. O PC do B, com a campanha de filiação que elevou para 100 mil o número de seus efetivos partidários, tem provado, mais uma vez, a sua capacidade revolucionária.

EXEMPLO VIVO

A campanha nasceu da imposição legal para o registro do partido e, simultaneamente, da necessidade política de uma organização numericamente forte, à altura do acirramento da luta de classes e da incorporação de milhões de trabalhadores nas batalhas políticas e reivindicatórias. Com isto, a filiação ultrapassa o processo formal de empilhar fichas nos cartórios — que caracteriza os partidos burgueses — e se transforma num esforço de recrutar efetivamente milhares de novos lutadores. O esforço é no sentido de dirigir esta imensa massa de filiados para as organizações de base já existentes ou criar células onde ainda não existem.

Um exemplo muito instrutivo deste processo ocorreu na conferência regional do partido no Rio de Janeiro. Uma companheira filiada há apenas dois meses foi escolhida delegada de sua cidade ao encontro. Ainda não tinha evidentemente muito a falar. Mas transformou-se num exemplo de firmeza ao permanecer os dois dias e meio do encontro, vivamente interessada em todos os assuntos, com sua filhinha de seis meses no colo.

ABRIR ESPAÇO

Este fato instrutivo revelou que a preocupação de alguns em separar mecanicamente filiados e militantes revela uma certa incompreensão da realidade e do crescimento do partido. As contradições cada dia mais acirradas na sociedade brasileira empurram milhares e milhares de homens e mulheres para a luta. E a grande maioria dos que assinam uma ficha de filiação a um partido que carrega na sua história as marcas da tortura e do assassinato de centenas de militantes, veio para lutar e não para figurar passivamente nas prateleiras de um cartório.

Neste processo, o princípio de que o partido é composto de membros que participam numa organização concreta, e não de aderentes genéricos, deve se transformar numa política de organização flexível, que facilite os novos combatentes a se incorporarem na vida partidária. Sem esta compreensão, os comunistas ficariam condenados a brandir afirmações leninistas, que se reduziriam a nada, enquanto enorme contingente de lutadores estariam impedidos de ingressar no seu partido de vanguarda.

Deve-se recordar que o partido de Lênin passou de aproximadamente 80 mil militantes em julho de 1917, para 250 mil às vésperas da revolução, menos de três meses depois. Isto só foi possível pela ousadia de incorporar em massa os ativistas e não por um critério abstrato de militante padrão. E foi exatamente Lênin quem desenvolveu combate cerrado às concepções oportunistas dos que pretendiam apagar as fronteiras entre o partido e “qualquer grevista” que se considerasse comunista.

ESCOLA COMUNISTA

Estes 100 mil filiados são diamantes brutos que devem ser lapidados pelo marxismo-leninismo, para terem condições de exercer de fato o seu papel revolucionário. Mas não são apenas eles que passam por esta escola. Não existe o sonho do comunista isolado. A consciência se forma na prática. E só a militância organizada constrói, num processo ininterrupto, os combatentes comunistas. (Rogério Lustosa).

DE OLHO NO LANCE

Governo “enérgico”

O ex-ministro do Planejamento, Nival Teixeira, está sendo alvo de um processo que apura a corrupção. O Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, é suspeito de redigir decretos ilegais, que favoreciam empreiteiras fornecedoras de obras e serviços ao governo. Por mero acaso, Murilo Mendes e Sebastião Camargo, empresários respectivamente das construtoras Mendes Júnior e Camargo Correia, são bons amigos de José Sarney. A concorrência para a construção da Ferrovia Norte-Sul, no ano passado, tinha seu resultado acertado previamente e o ministro José Reinaldo Tavares, dos Transportes, acha isto muito natural. Agora, a Presidência da República está contratando uma empresa de publicidade para melhorar a imagem do governo — imaginem que tarefa árdua — sem nenhuma concorrência.

Tem mais coisa mas esta página é pequena, não cabe tudo. Desculpem, este jornal. Aliás, nenhum jornal dá para listar tudo. Mar de lama, para descrever o que está acontecendo no país, já é eufemismo.

Moral da história: o ex-ministro Bresser Pereira pode ser processado pelo governo, devido ao fato de ter declarado, na CPI da corrupção, que há pessoas corruptas “mais perto do que seria razoável, do presidente da República”. O processo será a bem da moral e dos bons costumes, certamente.

MEIO AMBIENTE

As florestas devastadas

Em menos de um século, com duas grandes guerras mundiais, a criação do automóvel e do avião, a refinação do petróleo, a indústria de agrotóxicos e a indústria madeireira, com tudo isto o homem vem conseguindo acabar com a vida que a natureza levou bilhões de anos para criar.

Nos dias 20 e 21 de fevereiro a questão do meio ambiente foi discutida na “Conferência Internationale L’ultima Floresta”, que se realizou em Florença (Itália), por iniciativa do Movimento Ecológico Internacional “Amigos da Terra”. Tive a oportunidade de participar deste evento, cuja tônica principal consistiu em esclarecer, com base em dados científicos (inclusive fotografias via satélite), a crise pela qual passa a atmosfera terrestre.

Foi possível concluir que a destruição ecológica não decorre necessariamente do desenvolvimento econômico. O problema não é o progresso, mas sim a ignorância, ou melhor, a irresponsabilidade dos governos e empresários no tratamento com a natureza.

São toneladas de peixes que aparecem mortos, centenas de hectares de florestas tropicais destruídas, elevadíssimas taxas de gases tóxicos e materiais radiativos dissolvidos na atmosfera e crosta terrestre, ataque direto à camada de ozônio existente, toneladas de óleos e derivados de petróleo derramados no mar, etc.

Hoje, pelo menos uma espécie vivente desaparece a cada dia. E esse ritmo é crescente: por volta do ano 2000 prevê-se o desaparecimento de aproximadamente um milhão de espécies. Sem falar que metade das grandes florestas pluviais já se foram para sempre. O que resta cobre pouco mais de 9 milhões de quilômetros quadrados, uma área equivalente à extensão territorial dos Estados Unidos, sendo que metade dessa área encontra-se nas Américas Central e Meridional e outra metade na África Ocidental, Sudeste Asiático e Oceania.

A destruição de 600 quilômetros quadrados a cada dia que passa

Os atuais ritmos de desmatamento fazem com que, no mundo, venha sendo destruída uma área de 600 quilômetros quadrados a cada dia que passa. Anualmente, cerca de 27 milhões de hectares se transformam em terrenos áridos.

O Brasil possui 30% da área total de florestas tropicais existentes no globo, mas prevê-se que até o ano 2000 algo em torno de 8% dessa área já estará devastada. Numa das florestas mais ricas e belas do mundo, a da Costa Rica, o desmatamento foi superior a 35%.

Nos últimos 25 anos, um quarto das florestas centro-americanas foi totalmente destruído. A América Latina perdeu 15.500 quilômetros quadrados de florestas somente nos últimos 10 anos. Na

Etiópia em 30 anos foi consumido praticamente todo o patrimônio florestal do país.

As florestas tropicais garantem chuvas mais regulares, temperatura constante durante todo o ano (em torno de 27 a 28 graus centígrados), além de interferirem de modo determinante no equilíbrio climático do planeta. Os resultados do desmatamento, conseqüentemente, são a erosão, o deserto, aumento da pobreza, da fome e das doenças.

O crescimento da quantidade de gás carbono na atmosfera é talvez o problema de mais difícil solução. O gás retém o calor solar na atmosfera, produzindo o chamado “efeito-estufa”: aumento da temperatura terrestre, modificação das precipitações pluviométricas, elevação do nível dos oceanos (principalmente em função do degelo polar) isto é, um grave desequilíbrio climático no globo terrestre.

O desaparecimento das florestas acelera e agrava tudo isto, pois diminui a ação de absorção do gás pela vegetação e a sua destruição, pela queimada, gera uma nova fonte de poluição. Por outro lado, a floresta inundada para a criação de imensas bacias hídricas decompõe-se e aumenta a acidez da água, a tal ponto que chega a corroer turbinas e diques, como ocorreu, aqui no Brasil, no caso de Curupira.

Uma das causas fundamentais do desmatamento é o movimento de exportações e importações de madeiras. Foram identificados na África 10 países exportadores; na Ásia, 9; na América Latina, 11. Uma gestão inadequada desses recursos levou as florestas “comercializáveis” a uma situação crítica, sendo que, em pouco tempo, elas não possibilitarão sequer uma atividade econômica significativa.

Malásia, Indonésia, Filipinas, Costa do Marfim e Gabão são os cinco maiores exportadores de madeira tropical dura e fornecem cerca de 80% do total dessas ao mundo, em forma de troncos. Mais de 60% da produção de madeira em tronco para uso industrial é exportada.

A Nigéria e a Tailândia, pelos motivos relacionados acima, até há pouco tempo eram importantes exportadores de madeira. Hoje, entretanto, já são grandes importadores.

O Japão e a Comunidade Econômica Européia são os maiores importadores de madeira tropical e controlam 48% e 40%, respectivamente, da quantidade comercializada globalmente. As companhias nipônicas detêm primazia absoluta no desfrute da Ásia (Sul-oriental), enquanto a Europa negocia principalmente com o mercado africano.

Os dois países europeus que mais importam são a França e a Itália. A maior parte das importações são utilizadas na fabricação de móveis, artesanatos de madeira e construções, bem como na produção de compensados, transportes e embalagens.

Somente 4% do total de florestas pluviais, ou seja, cerca de 200 mil quilômetros quadrados, estão de algum modo protegidas legalmente. Até fins de 1982 tinham sido cortadas 1.537.620 quilômetros quadrados de floresta tropical úmida, sendo que a maior parte foi em territórios do sudeste asiático e na África Ocidental.

A questão de fundo que está por trás da destruição do meio ambiente é o sistema político-econômico. Na América Latina de um modo geral e no Brasil em especial, onde as realidades econômicas refletem a exploração neocolonialista e o entreguismo dos seus governos, encontramos, infelizmente, uma consciência ecológica ainda débil.

O desmatamento no Brasil vem sendo financiado pelo BIRD

No caso brasileiro, o desmatamento é incentivado através de projetos com financiamento internacional, como, por exemplo o da colonização de Rondônia, para o qual o governo contraiu empréstimo de 500 milhões de dólares com o Banco Mundial. O plano de industrializar a parte oriental da Amazônia. O projeto do Banco Mundial de investir bilhões de dólares nos próximos anos em empreendimentos florestais de larga escala e no setor energético.

Na Amazônia já estão alagados cerca de 100 mil hectares de terra, quantidade que deve ser duplicada em poucos anos. O famoso parque Xingu, uma das poucas reservas indígenas demarcadas no Brasil, será parcialmente inundado por uma série de sete açudes. Dois deles: Babaquara e Kakarao, os maiores já construídos numa floresta pluvial, inundarão, juntos, uma área de 7500 quilômetros quadrados, a qual abriga sete grupos indígenas. O financiamento de 250 milhões de dólares para viabilizar este projeto deverá ser aprovado em setembro próximo, pelo Banco Mundial.

A exportação comercial dos recursos naturais e da madeira tropical (nobre) é, muitas vezes, usada para pagar débitos contratados no exterior para a realização de projetos que acabam destruindo as florestas virgens. É assim que cinco milhões de hectares de florestas pluviais desaparecem a cada ano no mundo, pela extração da madeira.

No caso brasileiro, outro problema relacionado com o desmatamento é o latifúndio. 4,5% dos proprietários de terras no Brasil possuem 81% da área cultivável do país, sendo que 70% das famílias rurais brasileiras são pequenos proprietários e menos de 10% da população rural cultiva mais da metade da terra.

O latifúndio constitui um incentivo ao desmatamento. Da mesma forma, a grande burguesia industrial do país emprega capital que, em nome do desenvolvimento, passa por cima dos relatórios sobre impacto no meio ambiente e

dos sistemas de controle à poluição e preservação da natureza. Ela visa garantir unicamente seus lucros.

Quando contrata empréstimos no exterior, o governo e a grande burguesia brasileira também promovem, de forma indireta, a devastação das florestas, uma vez que os recursos daí provenientes estão quase sempre vinculados a grandes projetos que, como vimos, são agentes imediatos do desmatamento.

O quadro parece, realmente, desolador. No entanto, é imprescindível encontrar meios de reverterlo. Neste sentido, a Conferência Internacional realizada em Florença apontou algumas medidas que podem ser viabilizadas, dentre as quais destacamos as seis seguintes:

- Elaborar uma nova concepção de direito internacional de modo que seja contemplada a condenação explícita da poluição como um problema de além-fronteiras e, por extensão, sejam criados mecanismos para a preservação das florestas tropicais.
- Considerar as florestas tropicais como um bem comum da humanidade, um direito coletivo e que este seja mais um dos motivos para impedir a devastação.
- Suspender, por tempo indeterminado, a exportação e importação da madeira, em todo o globo.
- Exigir que os países não possuidores de florestas tropicais paguem uma alta taxa aos países que as possuem para contribuir na sua manutenção e conservação.
- Criar uma comissão internacional que fiscalize a preservação das florestas tropicais, bem como autue os infratores.
- Cobrar uma taxa muito mais alta dos países que provocarem e realizarem a destruição destas florestas.

Se essas medidas ajudam a amenizar a crise na atmosfera, por outro lado é preciso ter consciência de que elas, por si mesmas, não resolvem definitivamente o problema.

A questão político-econômica de fundo exige medidas mais vigorosas e mais conseqüentes. É preciso romper com os laços de dominação neocolonialista. E é fácil ver, por exemplo, que iniciativas como a suspensão do pagamento da dívida externa brasileira, o rompimento com o FMI, a realização da reforma agrária antilatifundiária, exigem bem mais que proclamações de boas intenções e gestões junto ao governo. Exige a mudança do sistema político-econômico, a destruição do capitalismo e a construção de uma nova sociedade, socialista. Preservar o meio ambiente é também lutar pelo socialismo. (Laura Jesus de Moura e Costa, farmacêutica bioquímica e funcionária da Surehma-Curitiba-PR)



METALÚRGICOS-BA

Filiação rejeitada

Os metalúrgicos baianos, que representam a principal categoria operária do Estado (com mais de 28 mil trabalhadores na base), realizaram nos dias 15, 16 e 17 de abril o seu 1º Congresso Estadual. No rico e democrático debate travado, a questão mais polêmica foi sobre a filiação do sindicato a uma das centrais sindicais existentes no país. No final venceu a posição da não-filiação, considerando que as duas centrais (CGT e CUT) não expressam os anseios dos trabalhadores brasileiros.

O primeiro congresso estadual dos metalúrgicos foi marcado pela intensa participação dos 187 delegados da base. Estes foram eleitos em mais de 60 fábricas, entre elas a Caraíbas Metais, Usiba, Alcan, Ferbasa, Cemane e Sibra — esta última recentemente privatizada e entregue ao grupo paulista Ferros Ligas. Foram bastante concorridas e acaloradas as discussões nas comissões sobre situação política nacional, sindicalismo e questões específicas do sindicato e da categoria.

O assunto que gerou as mais acirradas polêmicas foi sobre a filiação do poderoso Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia a uma das centrais. A corrente sindical “Garra Metalúrgica”, surgida no processo de preparação do congresso, defendeu a não filiação, enquanto os sindicalistas vinculados ao PT fizeram de tudo para filiar a entidade à CUT.

POSTURA INDEPENDENTE

A “Garra Metalúrgica” distribuiu um documento aos congressistas, explicando sua posição. Nele, os integrantes da corrente — inclusive vários membros da atual diretoria e lideranças de fábricas — fazem um balanço positivo da atual gestão. Indicam que o sindicato se destacou como

um dos mais combativos da Bahia, dirigindo várias lutas da categoria e participando das mobilizações gerais do povo brasileiro. Como ressaltam, de maneira independente, o sindicato esteve na linha de frente nas greves gerais de julho de 83, dezembro de 86 e agosto de 87.

O presidente do sindicato, Renildo Souza, foi quem apresentou no congresso a posição da “Garra Metalúrgica” contra a filiação às centrais. Após fazer duras críticas às concepções e práticas da CGT e da CUT, ele defendeu que a entidade deve permanecer independente, avaliando e julgando as propostas das centrais que convêm à luta dos trabalhadores. Renildo também sugeriu que se ampliasse o debate na base sobre o assunto.

Os vários oradores da corrente sindical destacaram o fato da CUT representar apenas um segmento do sindicalismo brasileiro e ser partidarizada. Também demonstraram que essa central prega a divisão sindical, sendo a principal defensora da Convenção 87 da OIT. Paschoal Carneiro, diretor do sindicato e integrante da “Garra Metalúrgica”, lembrou ainda que a Constituinte aprovou importantes reformulações nas estruturas sindicais, prevendo a liberdade e autonomia com unicidade. “Porém a CUT não quer tomar conhecimento dessa vitória e prefere insistir na defesa da desgastada Convenção 87, ferramenta do plurissindicalismo e da divisão”, afirmou.

Sobre a CGT, os integrantes da corrente explicaram que ela surgiu com um programa amplo, democrático e combativo. Frisaram, entretanto, que essa central não conseguiu cumprir seu papel e, mais recentemente, caiu nas mãos do setor mais reacionário do movimento sindical, o chamado “sindicalismo de resultados”. Para a “Garra Metalúrgica” não há mais espaço para os progressistas no interior da CGT.

Após os intensos debates, venceu a tese da não filiação. Também foi aprovado que o sindicato deve participar ativamente das articulações intersindicais e defender a unidade na ação.

LUTAS PELAS DIRETAS

Na discussão sobre a situação política nacional houve divergências. A plenária aprovou uma moção de repúdio ao presidencialismo e aos cinco anos de mandato para o presidente da República, apesar da resistência dos setores cutistas. Quanto à avaliação do governo da chamada Nova República, houve consenso de que ele é conservador, pratica uma política entreguista e de fome e está totalmente mergulhado num mar de lama de corrupção.

Para enfrentar essa situação, o congresso dos metalúrgicos baianos aprovou a retomada da luta pelas eleições diretas em 88, integrando ainda mais a categoria às lutas políticas do povo brasileiro. Também foi decidido manter e reforçar a pressão sobre a Constituinte, procurando evitar novos retrocessos. Os congressistas ainda deliberaram por realizar uma campanha contra a privatização das empresas estatais, mobilizando especialmente os trabalhadores da Caraíbas Metais e Usiba. Por último, com grande vibração, os metalúrgicos decidiram mobilizar e preparar a categoria para a greve geral contra a extinção da URP, pela reposição das perdas salariais e por diretas em 88.

ELEIÇÃO PRÉVIA

O primeiro congresso estadual dos metalúrgicos fixou a data da próxima eleição para renovação da diretoria do sindicato para os dias 4, 5 e 6 de outubro. De acordo com o aprovado, antes do pleito deverão ocorrer prévias eleitorais para formação de uma chapa unitária com base na proporcionalidade. A ampla maioria dos congressistas rejeitou a fórmula tradicional do “bate-chapa”, que desgasta e divide a categoria.

Essa decisão já assusta os grupos mais sectários da CUT. Enquanto os setores majoritários dessa central reconhecem o resultado do congresso e acatam suas resoluções por considerá-las democráticas, uma parcela minoritária cogita desrespeitar a decisão do fórum máximo da categoria e formar uma chapa pura de cutista. (Luis Sérgio Rocha, da sucursal da Bahia)



Faixa no enterro de João Canuto. Mas a impunidade dos jagunços e mandantes continua gerando mortes

PARÁ

Nova vítima do latifúndio

A luta na zona rural do Pará tem mais uma vítima fatal do latifúndio. No último dia 15, foi covardemente assassinado o lavrador Juscelino Rodrigues dos Santos, casado e pai de quatro filhos menores. O motivo do crime revela o grau de arrogância e prepotência dos latifundiários. Juscelino, que era membro do PC do B, foi morto somente porque entrou com uma ação na justiça do Trabalho para receber o seu salário, que o fazendeiro Manezinho de Sá Junior se recusava a pagar.

Desde que reclamou seus direitos trabalhistas, o lavrador foi condenado à morte. No ano passado ele já havia escapado de ser assassinado apenas porque o pistoleiro contratado para matá-lo era seu compadre, arrependeu-se da empreitada e confessou toda a trama. Na ocasião, Juscelino denunciou amplamente a ameaça de morte e exigiu garantia de vida à Secretaria de Segurança Pública do Pará. A polícia se comprometeu a averiguar o caso, mas nada fez. Hoje Juscelino está morto.

POLÍCIA CORRUPTA

Na verdade, a PM do Estado está totalmente comprometida com os latifundiários. Ela

inclusive dá cobertura aos pistoleiros. Segundo várias denúncias, os jagunços que assassinaram Juscelino estavam acompanhados de dois policiais à paisana. Por esses serviços, a PM é regamente paga. Em Xinguará, o comandante da polícia militar, famoso pelas violências cometidas contra os camponeses, é proprietário de terras, caminhões e está construindo uma verdadeira mansão.

O assassinato de Juscelino ocorreu exatamente no dia em que foi anunciada a desapropriação de uma das fazendas de Manezinho de Sá Junior. Esta já estava totalmente ocupada por posseiros. Apesar de ficar satisfeito com a indenização recebida do governo, o latifundiário fez questão de demonstrar sua força — ordenando a morte de mais um trabalhador.

SITUAÇÃO TENSA

O quadro de violência no Sul do Pará é cada dia mais dramático. Em pouco mais de um ano foram assassinados três trabalhadores rurais filiados ao Partido Comunista do Brasil. Até hoje nenhum dos pistoleiros ou mandantes foi preso, apesar de identificados por todos os habitantes da região. A certeza da impunidade

é o maior estímulo para a escalada de violência. É notório que os latifundiários possuem uma longa lista de lavradores marcados para morrer, inclusive vários dirigentes sindicais e militantes do PC do B.

O mais revoltante é que o governo não faz nada para conter a violência do latifúndio. Ao contrário. Só se preocupa em reprimir a luta dos trabalhadores. No mesmo dia em que Juscelino foi assassinado, a polícia prendeu o seu advogado e presidente do Diretório Municipal do PC do B em Marabá, Ronaldo Giusti Abre. O advogado e os membros da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Extração de Minério de Marabá foram detidos, na Serra dos Carajás, quando promoviam uma manifestação contra a política do governo federal, aproveitando-se de uma visita de Sarney ao local.

Nos últimos dois anos, cinco militantes do PC do B foram assassinados no Pará. Entre eles, dois importantes dirigentes comunistas. Paulo Fonteles e João Canuto. “Mas um partido de luta não se acovarda com os golpes que recebeu. Forja-se com eles”, garante o presidente do partido do Estado, Neuton Miranda. (da sucursal)

UDR condenada em Imperatriz



O enterro do padre Josimo mobilizou a população de Imperatriz - MA

balas disparadas pela pistola Taurus 7.65 de Geraldo Rodrigues perfurou seus rins, varando o coração e alojando-se na parede da sede da Diocese de Imperatriz, onde funcionava a Comissão Pastoral da Terra,

da qual era coordenador. Os latifundiários acusavam o padre Josimo de incitar os lavradores da região a invadir terras e de ter ajudado no assassinato do latifundiário Sebastião Teodoro da Silva, o Donda.

CORRENTE CLASSISTA

As primeiras iniciativas

No próximo dia 27, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (MG), a coordenação nacional da Corrente Classista da CGT realizará importante reunião para definir os rumos do movimento. Nela serão discutidas: a preparação da greve geral contra a extinção da URP e pela reposição das perdas salariais; a intervenção da Corrente Classista nas manifestações do 1º de Maio; e a organização da articulação nos Estados e a preparação do seu Congresso Sindical no final do ano.

FUNCIONALISMO

Encontro decide adiar greve geral

Realizou-se no último dia 16, no Rio de Janeiro, o Encontro Nacional dos funcionários do setor público e das empresas estatais. Após conturbada discussão, as lideranças do setor decidiram adiar a greve geral contra o congelamento da URP, que estava marcada para o próximo dia 27. Segundo vários dirigentes sindi-

cais, a categoria ainda não está preparada para a paralisação. No final ficou decidido a realização de uma greve nacional de protesto de 48 horas, nos dias 3 e 4 de maio.

Conforme foi aprovado, a paralisação visa a protestar contra a política de arrocho salarial do governo Sarney. Ela terá três reivindicações:

contra o congelamento da URP; pela reposição das perdas salariais; e por eleições diretas para presidente da República em 88. O encontro também decidiu reforçar a mobilização dos funcionários do setor público e procurar a unidade com as entidades sindicais dos trabalhadores das empresas privadas. (da sucursal)



Renildo Souza, presidente do sindicato, defendeu a não-filiação as centrais sindicais, proposta que o congresso aprovou após acaloradas discussões

UBERLÂNDIA

Chapa 1 renova sindicato

Domingo último, 17 de abril, realizaram-se em segundo escrutínio as eleições para o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Uberlândia. A cidade tem cerca de quatrocentos mil habitantes e é a terceira maior de Minas Gerais. A categoria tem cerca de quinze mil trabalhadores na base e fez poderosa greve em 86, por melhoria salarial.

O sindicato esteve anos a fio desligado da categoria e de suas lutas. Este ano, porém,

houve uma acirrada disputa entre a chapa 1, composta por sindicalistas do PCdoB e independentes e apoiada por outras forças progressistas, e a chapa 2, encabeçada pelo presidente do PT e da CUT, que em Uberlândia são um braço da Pastoral Católica. Ao final, uma expressiva vitória da chapa 1, por 202 a 108 votos.

Chico da Mata, presidente eleito da chapa 1, declarou: “Nossos adversários, que sabiam antecipadamente da derrota, procuraram tumultuar o

pleito. Fizemos provocações de toda ordem, todas de caráter anticomunista, mas a categoria deu a resposta nas urnas”.

Com a vitória da chapa 1, abre-se a perspectiva de construir o sindicato. O plano de trabalho inclui a filiação de centenas de operários, a fiscalização das condições de trabalho nas obras, a consolidação do adicional de 100% nas horas-extras e outras bandeiras, sempre a serviço da luta e das conquistas populares.

“A INTERNACIONAL”

Um hino de todos os proletários

No domingo, Primeiro de Maio, as vozes proletárias farão soar, em todo o mundo, o célebre refrão: “Bem unidos façamos, nessa luta final, uma terra sem amos: a Internacional!” O hino dos operários de todo o planeta completa, neste ano, seu centenário de existência — ao menos com a melodia atual. Os versos foram elaborados em junho de 1871. Seu autor: Eugène Pottier.

Em 6 de novembro do ano passado completaram-se 100 anos da morte de Pottier. Ele nasceu em Paris, em 1816, filho de um modesto artesão. Começou a trabalhar com o pai, aos 13 anos. Mais tarde trabalhou numa escola e escreveu teatro para crianças. Aos 14 anos compôs sua primeira canção, “Viva a liberdade!” Participou da revolução de 1848 na França, combatendo nas barricadas contra a burguesia. Nesse período começou a fazer apresentações como cantor e se tornou conhecido como compositor. Quase foi fuzilado durante a repressão ao movimento revolucionário.

Exerceu também a profissão de desenhista de tecido e foi, mais tarde, proprietário de uma casa de banhos em Paris. Convenceu todos os seus fun-

cionários a se sindicalizarem. Abordava todos os acontecimentos importantes da vida francesa com suas canções combativas, conclamando a unidade dos operários e fustigando a burguesia e seus governos.

Nos embates da Comuna de Paris (1871-o primeiro governo operário da História), Pottier foi eleito prefeito do 2º Distrito e membro do Conselho. Obteve 3.352 votos dos 3.600 emitidos. Com o esmagamento da Comuna, ele foi condenado à morte, mas conseguiu fugir. Foi ainda sob o impacto da repressão aos comunardos que ele compôs a letra de “A Internacional”, que era para ser cantada com a melodia da “Marselhesa”. Pottier se exilou na Bélgica, em seguida em Londres, e por fim, nos Estados Unidos, onde ingressou no Partido Socialista.

No exílio, em 1876, escreveu o poema “Dos operários da América do Norte aos operários da França”. Nessa obra descrevia a vida dos operários sob o jugo do capitalismo, sua miséria, seu trabalho extenuante, sua exploração, sua firme confiança na futura vitória de sua causa.

Só nove anos depois da Co-

muna, Pottier voltou à França; em seguida aderiu ao partido operário. Em 1884, apareceu o primeiro volume de suas poesias. O segundo foi publicado em 1887, com o título de “Canções revolucionárias”. Outras canções do poeta operário foram editadas após sua morte.

Em 8 de novembro de 1887, foi enterrado no cemitério de Père Lachaise, de Paris, onde estão os comunardos fuzilados. A polícia atacou o cortejo fúnebre, para retirar a bandeira vermelha. Não conseguiu. Os operários cantavam “A Internacional”, em sua homenagem. Morreu na miséria.

A canção com que “A Internacional” é conhecida hoje foi composta em 1888 pelo operário belga Pierre Degeyter, radicado na França. Foi cantada pela primeira vez em Lille, no Congresso do Partido Socialista, em julho de 1896. Em 1910, ela foi tocada e interpretada por um coro de 500 músicos e cantores no Congresso da Internacional, em Copenhague.

Mas, antes disso, já tinha sido adotada pelos proletários como o seu hino revolucionário, em substituição à Marselhesa. Em 1905, quando os marinheiros do encouraçado



Comuna de Paris: inspiração para Pottier compor o hino “A Internacional”

Potemkin se revoltaram, cantaram “A Internacional”. Em greves, comícios, passeatas, era o brado dos operários: “De pé, famélicos da terra...” Com a Revolução Russa, em 1917, ela ganhou projeção nunca vista. Chegou a ser adotada como hino oficial da União Soviética.

Seus acordes amedrontam os algozes. Em países como o Chile, Paraguai, África do Sul, sua difusão é proibida pelos governos reacionários. Contrastando com a rejeição dos exploradores, é adotada pelos partidos marxistas-leninistas

de todo o Globo. É a tri- lha sonora obrigatória das manifestações do Dia do Trabalhador.

Sobre Eugène Pottier, escreveu Lênin, o genial dirigente da revolução proletária: “Foi um dos maiores propagandis-

tas por meio da canção. Quando compôs sua primeira canção, os operários socialistas eram umas poucas dezenas. Dezenas de milhões de proletários conhecem hoje a histórica canção de Eugène Pottier...”

LINDA BATISTA

A rainha morre no esquecimento

Morreu no último dia 18, abandonada e na miséria, a cantora Linda Batista, um mito da década de 30. Ela chegou a ser 11 vezes Rainha do Rádio — título máximo da época de ouro do Cassino da Urca (Rio), e resistiu cantando até a década de 70.

Linda nasceu em Vila Mariana (São Paulo), em 1919. Começou compondo grande parte do repertório da irmã, Dircinha Batista, como “A vida é mesmo assim”. Tornou-se cantora pelas mãos de Francisco Alves, numa época em que o estilo musical predominante era o que falava dos desencantos amorosos (a famosa dor de cotovelo).

Linda Batista chegou a juntar, numa apresentação, na Quinta da Boa Vista, em 1955,

mais de 10 mil pessoas. Mas morreu pobre, doente, lutando por uma pensão de pouco mais de Cz\$ 30 mil. Seu enterro foi acompanhado por cerca de 300 pessoas.

Segundo o crítico musical Ricardo Cravo Albim, as irmãs Batista (Linda e Dircinha) “foram riscadas da música popular brasileira. Quem um dia foi estrela não agüenta tamanha nostalgia”.

De acordo com a carnavalesca Lígia Santos, a morte de Linda Batista serve para que se alerte para a selvageria de um sistema que suga, endeusa e joga no esquecimento que não se adequa “ao sabor do momento, fulgaz e efêmero”.

(Rijarda Aristoteles, Rio de Janeiro)



Linda Batista em 1958: majestade na era do rádio

VILA VELHA

Prefeito do PT demite em massa

Desde que o prefeito petista, Magno Pires, tomou posse na prefeitura de Vila Velha, no Espírito Santo, 700 funcionários municipais já foram demitidos. A última ação do prefeito foi colocar na rua 466 servidores, com a justificativa de uma campanha de moralização administrativa.

Todos os partidos políticos e entidades civis condenaram a medida. O prefeito declarou que iria rever casos específicos em que se comprovasse uma injustiça. Mas o seu porta-voz Jesus Miguez, troskysta empedernido, e pessoa odiada entre os trabalhadores, disse em seguida que não haverá qualquer revisão. E de fato, até agora nada foi feito.

A Associação dos Servidores puxou uma grande passeaa

ta pelas ruas da cidade e mantém uma concentração em frente à prefeitura desde o dia 18. Os demitidos desfilaram com um caixão, fazendo o enterro simbólico de Magno Pires. Faixas dizendo que o PT traiu os trabalhadores e está atirando o peso da crise sobre as costas dos operários, marcaram a passeata. Nem os próprios petistas tiveram coragem de apoiar publicamente o prefeito. Nas suas próprias fileiras cresce o descontentamento.

A CUT, que tenta sempre tirar proveito político das manifestações dos trabalhadores capixabas, novamente não deu as caras. A primeira omissão da central petista foi quando os trabalhadores da prefeitura fizeram uma greve de mais de um mês, em fevereiro

último. Os dirigentes cutistas passavam ao largo do movimento e dirigiam-se diretamente ao gabinete do prefeito. Agora, a solidariedade aos demitidos vem de todos os lados, menos da CUT.

É aceitável que parasitas e gente nomeada por interesses eleitorais sejam demitidos. Mas ninguém acredita que este seja o caso dos 466 recém-demitidos. Corre entre os diretores da Associação de Funcionários que as demissões visam sobretudo afastar da prefeitura pessoas ligadas a outros partidos, que não estão afinados com o PT. Enquanto isto o reboleio na cidade é grande. O fato de manter nas primeiras páginas dos jornais. Com a promessa de revisão, feita pelo prefeito, é grande a expectati-

va dos funcionários. Mas a prefeitura quer que a Associação aponte as injustiças. A entidade, por sua vez, exige que o prefeito justifique as demissões. E com isto cumpre o seu papel de defender a categoria, e não aceita coonestar os atos do governo municipal.

As demissões foram decididas a sete chaves. O conselho popular de Vila Velha, que reúne todas as 60 entidades comunitárias do município não foi ouvido. A Câmara Municipal também não. A própria Associação, que tinha a promessa de ser consultada pelo prefeito, foi ignorada. O decreto foi a grande surpresa petista depois dos feriados da semana passada. Aliás, ações do PT contra os interesses dos trabalhadores não surpreendem mais.

ESTUDANTES

Vitória dos progressistas no DCE da UFF

Nos dias 13 e 14 de abril ocorreram as eleições para o DCE da Universidade Federal Fluminense. De um lado competiu a chapa “Metamorfose Ambulante”, composta pela Convergência Socialista e pelo grupo Causa Operária, que durante os 16 meses que esteve à frente da entidade adotou uma política de descaso com os estudantes e com as lutas dentro da universidade, levando ao completo esvaziamento do DCE. Este tipo de prática deu margem a que setores de direita se organizassem na chapa “Da Cor Estudantil” que, apesar de se dizer de oposição, estranhamente não fez uma

crítica sequer à diretoria passada do DCE e nem ao reitor da UFF. Este último, embora tivesse sido eleito pela comunidade universitária, jamais tomou posição em favor da escola pública e da universidade democrática e progressista.

Estas duas chapas tiveram um ponto em comum: o forte ranço anticomunista e o ataque raivoso à chapa “Acorda DCE”, presidida por Giovani Harvei, que saiu vitoriosa com 570 votos num total de cinco mil estudantes que votaram.

“Acorda DCE” mostrou na luta como se constrói a unida-

de e, como afirma sua plataforma, “não surgiu de si mesma, de uma só cabeça ou de uma só opinião”. A chapa foi composta por independentes, estudantes da “Viração” e da “UJS” e setores do PT e PDT. Ela deu demonstração de combatividade na crítica às tentativas de privatização completa do ensino e à omissão do reitor frente a esta questão.

PASSEATA EM VITÓRIA

Convocada pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas, 2 mil estudantes pa-

raram o centro de Vitória numa passeata contra os aumentos abusivos nas escolas pagas. Depois da passeata, os estudantes fizeram uma enorme concentração diante da Assembleia Legislativa, recebendo a solidariedade dos deputados capixabas.

A presidenta da UMES, Renata da Luz, disse que o problema das mensalidades escolares deve ser respondido com a mobilização dos estudantes. Os alunos das escolas públicas manifestaram apoio aos colegas das escolas pagas e defenderam o ensino público e gratuito em todos os níveis.

CULTURA

Encontro valoriza a produção popular

Realizou-se o III Encontro Popular de Cultura, entre 14 e 18 de abril, em Belo Horizonte. Foram debatidos temas como a organização do movimento cultural e a conjuntura política, centenário da abolição e cultura negra, a cultura como forma de resistência e transformação social, dentre outros.

Personalidades do mundo cultural brasileiro, como Carlos Marés, frei Paulo César Loureiro Botas, Capinam, Perfeito Fortuna e Márcio Galvão participaram de debates, palestras e painéis.

Houve também uma passeata até a Praça da Liberdade, onde a cantora Doroty Marques se apre-

sentou, com cantorias e brincadeiras de roda. Teve também a participação do cantor Saldanha Rolim.

O encontro foi encerrado com a fala do coordenador geral, Guilardo Velloso, e com a cantoria de Dêrcio Marques, Titane e participantes. Foi concluído, durante os

trabalhos, que é necessária a participação de órgãos administrativos, escolas e sindicatos nos eventos populares de cultura. Ponto alto também foi o lançamento do “Trem da história”, umacartilha e jornal de divulgação dos movimentos culturais.

(Marquinhos, de Belo Horizonte)

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo - SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Joffily
ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2º andar, sala 32 — CEP 69900
ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobrelaje CEP 57000
Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000
AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6644 — CEP 69000
BAHIA: Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 — CEP 42.800
Feira de Santana: Av. Sr. dos Passos, n.º 1399 — 2º andar — sala 1415 — CEP 44100

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928 1º andar sala 1 — Centro — CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44 1º andar Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A CEP 44060. Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimesf) — CEP 43700
DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202
CEARÁ — Fortaleza: Av. Tristão Gonçalves, 789 CEP 60000. Iguaçu: Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100
ESPÍRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300. Vitória: Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020
GOIÁS — Goiânia: Rua 3, n.º 380 casa 6 CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Ju-

lho, 82-1 Centro — CEP 77100
MARANHÃO — São Luis: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000
MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Colmandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095
MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010
MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000
PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000
PARANÁ — João Pessoa: Pça. 1817 n.º 116 2º andar Centro CEP 58020

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117 1º andar Centro CEP 58100
PARANÁ — Curitiba: Rua Saldanha Marinho, 370 2º andar CEP 80000 Fone: 222-9120. Londrina: Rua Sergipe, 984 sala 206 2º andar CEP 86100
PIAUI — Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1459 Fone: 222.2044 CEP 64000
PERNAMBUCO: Cabo: Rua Vigário Batista, 236 CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 sala 1 Centro CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista CEP 50750
RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Jundiá, 420-A CEP 59000 — Cid. Alta: n.º 116 2º andar Centro CEP 58020
RIO GRANDE DO SUL: Porto Ale-

gre: Rua Vig. José Inácio, 687 3º andar CEP 90020. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100. Canoas: Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100. Cruz Alta: Rua João Manoel, 433 CEP 98100. Pelotas: Rua Tiradentes, 2394 1º andar CEP 96010. Santa Maria: Rua Mal. Floriano Peixoto, 1357 Fundos — CEP 97100. Novo Hamburgo: Rua Lucas de Oliveira, 96 sala 6 CEP 93510. Rio Grande: Rua Gal. Vitorino, 746-A CEP 96200
RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 11 de Março, 812º andar Fone: 252-9935 CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto 370 sala 100 Centro — CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40 sala 101 CEP 25000. Nova Iguaçu: Trav. Renato Pedrosa, 33 sala 319 CEP 26000
SANTA CATARINA — Florianópolis: Pça. XV de Novembro, 21 sala 705 Caixa Postal: 128 CEP 88075
SÃO PAULO — São Paulo: Rua de São Joaquim, 272 Fone 277-

3322 CEP 01318 Bela Vista. Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281 sala 6 CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817 1º andar sala 2 CEP 18600. Campinas: Rua Senador Sarai-va, 448 Fone 2-6345 CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro 180 CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20 2º andar, sala 12 CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119 Caixa Postal 533 CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195 1º andar sala 19 CEP 12200. Guarulhos: R. Pe. Celestino, 42 sala 8 2º andar CEP 12200
SERGIPE — Aracaju: Rua Itabaianinha, 145 sala 104 CEP 49010

A Tribuna Operária é uma publicação mensal de cultura e educação. Composição, Fast-up, Fotolitos e Impressão: Cia. Editora Jorúes. (Fone: 252-9935) São Paulo SP.

Mulheres denunciam mentiras patronais

As conquistas obtidas pelas mulheres na Constituinte estão ameaçadas. A grande burguesia e a reação lançaram uma ofensiva contra os artigos que beneficiam as mulheres até agora aprovados. Ao mesmo tempo, continuam as discriminações contra a mão-de-obra feminina.

Em São Paulo, a Usina e Destilaria Lagoa Dourada está exigindo atestado de ligadura de trompas de candidatas a emprego. A Interplás, também em São Paulo, exigiu que suas 27 funcionárias assinassem uma carta comprometendo-se a pedir demissão e abrir mão de todos os direitos em caso de gravidez. A mesma coação foi feita pela Viação Serrana, Viação Grande Vitória e Indústria de Biscoitos Alcobrás, no Espírito Santo. Empresas que também estão tomando essa atitude são a Arca da Aliança, do Ceará, CEA, do Rio Grande do Sul, Bamerindus, do Paraná, Pólo Petroquímico da Bahia e Brás-Pérola do Espírito Santo.

Esse tipo de perseguição às mulheres se intensificou após a aprovação de itens defendendo os direitos das mulheres na Constituinte. Atendendo a solicitação das entidades feministas, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher elaborou um documento onde demonstra que as conquistas das trabalhadoras não levarão as empresas à falência, como alardeiam os capitalistas. Publicamos, a seguir, trechos do documento:

A economia nacional foi jogada em situação de catástrofe iminente, por conta da incorporação dos direitos sociais ao texto constitucional?

É o que esbraveja o setor de nossa sociedade que se imagina com poder de reter o ritmo da História e determinar o perfil social que teremos.

Tem, sim, poder de dar muito volume à própria voz e multiplicá-la através de emissoras de rádio e televisão que cobrem todo o território nacional, apostando no convencimento pela repetição e no intimidamento pela ameaça.

Direitos sociais não pesam na folha de pagamentos

No caso específico da ampliação da licença-maternidade, empresas vêm usando — não isolada, mas articuladamente — ações para que o movimento de mulheres recue em suas reivindicações. O Banco Nacional do Norte, em Recife, ironicamente no Dia Internacional da Mulher, retirou as mulheres da fila de candidatas que se inscreviam para concurso.

Qual o impacto sobre a folha de salário dos direitos sociais aprovados até agora pela Assembleia Nacional Constituinte?

A Confederação Nacional da Indústria realizou pesquisa junto a 150 empresas de médio e grande porte no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que empregam 425.184 trabalhadores. Veja os resultados: re-

dução da jornada de trabalho, 6,81%; ampliação da licença-maternidade, 0,09%; licença-paternidade, 0,13% creches, 4,62% e salário-férias, 2,56%.

Esses índices foram calculados sobre a folha de salários e não sobre os custos globais das empresas — o que resultaria em número ainda menores.

A Fundação Sistema de Análise de Dados pesquisou o fluxo de mulheres no mercado de trabalho da Grande São Paulo. Em 1986 — no período de euforia do Plano Cruzado — o aumento da taxa de participação das mulheres na População Economicamente Ativa foi de 6,9% enquanto a dos homens foi de 5%. Em 1987 — no momento de recessão — ocorreu fenômeno contrário.

A taxa feminina cresceu somente 0,7% e a masculina 2,9%.

As mulheres são incorporadas mais amplamente nos momentos de euforia. Encontram dificuldades bem maiores do que os homens nos períodos de crise e de contração (no caso, quatro vezes mais).

Os números indicam que as mulheres ainda participam da População Economicamente Ativa muito mais como exército de reserva barata. Diante desse fato, a maternidade torna-se um fator secundário. As mulheres, enfim, não perdem emprego por excesso de direitos sociais (como querem fazer crer os desavisados) mas porque são mão-de-obra de reserva!

Mulher não pode ser penalizada ao tornar-se mãe

Que ocorre quando o trabalhador e a trabalhadora têm um filho? Muito além das gratificações pessoais que possam conhecer, estão gerando novos braços para se incorporarem ao exército de mão-de-obra brasileira — tão benevolente que se constitui em uma das forças de trabalho mais baratas do mundo.

Através da maternidade e da paternidade, os trabalhadores não só conhecem novas alegrias e preocupações. Este é o único caminho pelo qual a mão-de-obra se reproduz como força de trabalho.

Para o desenvolvimento econômico de uma sociedade democrática, as licenças maternidade e paternidade e as creches significam investimento social na preservação e na substituição, com melhor qualidade, da força de trabalho.

A maternidade é função social. O reconhecimento e a incorporação desse princípio à vida coletiva é condição para uma sociedade política avançada, onde o crescimento saudável da criança e a formação do novo cidadão são um desafio para todos e não um simples problema individual da mãe e do pai.

A mulher não pode ser penalizada ao tornar-se mãe, nem em direito ao exercício da cidadania, nem em seu acesso ou permanência no mercado de trabalho.

A licença-maternidade de 120 dias foi uma das reivindicações das trabalhadoras brasileiras, reunidas em Brasília, em novembro de 1987, no I Encontro Nacional “A mulher e as leis trabalhistas”. Essas sindicalistas de mais de 100 categorias profissionais, de todas as regiões do país, detinham alto grau de representatividade das mulheres trabalhadoras, participantes da População Economicamente Ativa.

O decréscimo da taxa de fecundidade vem sendo muito expressivo, segundo o IBGE.

Essa taxa passou de 6,3 em 1960, para 3,4 em 1985, com projeção de 2,9 para 1990. Isso significa que a mulher trabalhadora está tendo, em média, em torno de três filhos.

Considerando 30 anos de trabalho, representa um filho a cada dez anos.

A criança tem direito a acompanhamento nos seus primeiros meses de vida. A licença-maternidade de 120 dias favorece o desenvolvimento da criança nesses primeiros meses, quando é importante facilitar as condições para a adaptação ao mundo e para o aleitamento.

É óbvio que a segurança da criança exige a presença do adulto. A Prefeitura Municipal de São Paulo declarou que, em 1984, morreram mil crianças pequenas, sozinhas, vítimas de acidentes domésticos.

Apesar da falta de dados precisos, é evidente o alto custo econômico na área da saúde e da assistência social com o atendimento a crianças subnutridas, acidentadas, doentes, por falta de cuidados adequados.

A ampliação da licença-maternidade vai também se impondo diante de nossa realidade. Os números dizem que, em 1980, tínhamos 100 mil mulheres solteiras, com mais de quatro filhos, e, em 1985, 20% das mulheres estão na condição de chefes de família.

É falsa a afirmação de que a ampliação da licença-maternidade comprometerá o desempenho econômico das empresas, conforme tem sido alardeado. Pesquisa da CNI indica que na verdade, mais de 30 dias de licença-maternidade terá o menor impacto sobre a folha salarial (0,09%), entre todos os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores.

Lembremos: não é o empresário, mas a Previdência Social que pagará os 30 dias a mais para a mãe trabalhadora.

Cresce a presença das mulheres no mercado de trabalho

Podemos ter um Brasil diferente. Não no futuro, mas já no presente. Não podemos conformar-nos com discriminação e injustiças que ainda persistem. A maternidade tem dificultado o acesso ou a permanência da mulher no mercado do trabalho. Mulheres do Pará e do Amapá ligadas



Nas ruas e na Constituinte, as mulheres fazem valer suas reivindicações básicas e lutam para assegurar seus direitos na Constituição, enfrentando a oposição cerrada dos patrões e dos reacionários.

ao sistema Confea, por exemplo, indicavam em março de 1987, no Simpósio Sobre o Trabalho da Mulher na Área Tecnológica: 47% das profissionais dessa área não têm filhos; 40% têm um a dois filhos e 13% têm de três a quatro filhos. “Isso nos leva a pensar que existe uma luta de opção entre ter filhos e exercer a profissão”, declararam.

Os dados revelam que as mulheres, apesar dos percalços, vêm ingressando cada vez mais no mercado, ainda que casadas e mães. Há significativo incremento da participação feminina na População Economicamente Ativa. Em termos absolutos, a presença da mulher no mercado de trabalho passou de 6 milhões em 1970 para 18,5 milhões em 1985. Em números relativos a participação, nesse período, passou de 18,5% para 36,9%.

Em cada dez mulheres que não têm filhos, cinco trabalham: Somente quatro entre cada dez mães estão no mercado de trabalho. Apesar disso, no processo produtivo global dos últimos dez anos, a mulher — mesmo casada e mãe — participa cada vez mais da População Economicamente Ativa, ocupando espaços abertos, na medida de suas necessidades e possibilidades. A presença desse contingente revela, por um lado, que a pressão para aumentar a renda familiar é mais forte do que as dificuldades ligadas à dupla jornada. É inevitável que, independente do grau de pressão para complementar o orçamento corroído pela inflação, a mulher só consegue seu in-

tento porque o mercado é receptivo à sua demanda.

Por que defendemos a licença-paternidade? Porque o pai tem direito a dar assistência a sua mulher e a seu filho, por ocasião do nascimento. Porque precisamos dar nova dimensão à família. As mulheres lutam por propostas fundamentais nesta área. Querem o conceito de família ampliado e estendido às uniões de fato.

Querem transformações no interior do mundo doméstico. A história da família pode e deve avançar. A importância da presença paterna na vida do filho precisa ser reconhecida (mudando uma cultura machista) e legitimada (alterando-se uma ordem legal que não é intocável, que respeita e “justifica” a omissão masculina na criação de vínculos mais fortes com seus filhos). Enfim, os cuidados com os filhos devem ser compartilhados.

Creche é direito das crianças de 0 a 6 anos

Lembramos que os primeiros textos aprovados pelas Comissões Temáticas já continham declarações de princípios que as mulheres desejam ver incluídas na nova Constituição.

“O homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações, inclusive de natureza doméstica e familiar...”

“A função social da maternidade e da paternidade e da família é valor fundamental.”

“A constituição da família pelo casamento ou por união estável, é baseada na igualdade entre homem e mulher.”

O fortalecimento da família só ocorrerá com a criação de novas formas de relacionamento no seu interior, redistribuindo as tarefas domésticas de maneira mais igualitária.

É necessário reconhecer o direito da criança de ter a mãe e o pai nos seus primeiros dias de vida.

Por que queremos creches para crianças de zero a seis anos? Porque a creche — como espaço de educação e socialização — é um direito do cidadão-criança de zero a seis anos e opção da família. É dever do Estado e da sociedade investir no atendimento e formação de seus novos integrantes.

Mesmo as limitadas e desatualizadas determinações da CLT — legislação de 1943 — não estão sendo cumpridas. A CLT torna os berçários obrigatórios para crianças até seis meses, em toda empresa com mais de 30 empregadas, discriminando boa parte das trabalhadoras e todos os trabalhadores-pais. Não existe, entretanto, fiscalização e as multas são tão irrisórias que as empresas preferem pagá-las a cumprir o que dispõe a lei.

A omissão e o silêncio do Estado e da sociedade com referência à educação da criança de zero a seis anos têm que acabar!



Seminário de Mulheres no Paraná em 1984: no campo e na cidade elas organizam-se para defender seus direitos.